



Educação: Políticas, Estrutura e Organização

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-297-5

DOI 10.22533/at.ed.975192904

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte I” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES”: A INTERFACE SAÚDE/EDUCAÇÃO	
Yuri Bruniera Padula Maria Lucia Boarini	
DOI 10.22533/at.ed.9751929041	
CAPÍTULO 2	6
TÓPICOS CULTURAIS NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	
Alexsandro Luiz Rodrigues Dennis Álex Araújo Joana Paula Costa Cardoso e Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.9751929042	
CAPÍTULO 3	15
A ABORDAGEM DOS JOGOS MATEMÁTICOS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR A PARTIR DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA DE PIAGET	
Géssica Bruna Bahia de Souza Claudiene dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9751929043	
CAPÍTULO 4	26
A AÇÃO DA SUPERVISÃO ESCOLAR E DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA GESTÃO ESCOLAR	
Alan José Batista Simões	
DOI 10.22533/at.ed.9751929044	
CAPÍTULO 5	34
A APROPRIAÇÃO DE CONHECIMENTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: ELEMENTOS PARA PENSAR A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	
Eliéte Zanelato Elisandra Santos da Silva Luzia Aparecida dos Santos Sônia da Cunha Urt	
DOI 10.22533/at.ed.9751929045	
CAPÍTULO 6	45
A ATUAL CONDIÇÃO DE ESCASSEZ DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NO SEMIÁRIDO DA PARAÍBA E A NECESSIDADE DE AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO SOCIO-EDUCATIVAS-AMBIENTAIS	
Andrezza de Araújo Silva Gallindo João Utemberg Lucas Bezerra Lays Costa Araujo Karine Oliveira da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.9751929046	

CAPÍTULO 7	54
A AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA SEMIPRESENCIAL DA UNESP: FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	
Dayra Émile Guedes Martínez José Luís Bizelli	
DOI 10.22533/at.ed.9751929047	
CAPÍTULO 8	65
A BUSCA PELA QUALIDADE EDUCACIONAL: AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DA APRENDIZAGEM MEDIADA PELAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	
Maria Eliéte Lacerda Lucchesi Isabel Cristina Rossi Mattos Edgar Caldeira da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.9751929048	
CAPÍTULO 9	75
POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA “ESTOU PRESENTE, PROFESSOR” PARA A ERRADICAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA – PE	
Edilene Maria da Silva Marilene da Silva Lima Ana Lúcia de Melo Santos Katia Tatiana Moraes de Oliveira Nubênia de Lima Tresena	
DOI 10.22533/at.ed.9751929049	
CAPÍTULO 10	86
A CONDIÇÃO DO PROFESSOR SURDO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	
Delci da Conceição Filho	
DOI 10.22533/at.ed.97519290410	
CAPÍTULO 11	93
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA EM RELAÇÃO À SEXUALIDADE	
Maria Fernanda Sanchez Maturana Miriam Sinhorelli Vagner Sérgio Custódio Isadora de Oliveira Pinto Barciela Aline Sinhorelli Sakamoto Vanessa Camilo Sossai Keila Isabel Botan Rodrigo Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.97519290411	
CAPÍTULO 12	96
A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA UMA METODOLOGIA PARA SE ENSINAR A CULTURA AFRO-BRASILEIRA	
Paulo Roberto do Nascimento Alves Joel Vicente Fernandes	

Waldeci Ferreira Chagas

DOI 10.22533/at.ed.97519290412

CAPÍTULO 13 103

A CONTINUIDADE DA AÇÃO EDUCATIVA: O SUPERVISOR ESCOLAR COMO ARTICULADOR DO PROCESSO PEDAGÓGICO

Adriana Antero Leite

Cristiane Patrícia Barros Almada

DOI 10.22533/at.ed.97519290413

CAPÍTULO 14 115

A DESCONSTRUÇÃO DE PARADIGMAS COMO MÉTODO DE COMBATE À ANSIEDADE MATEMÁTICA

Esdras Henrique de Souza e Silva

Allyne Evellyn Freitas Gomes

DOI 10.22533/at.ed.97519290414

CAPÍTULO 15 125

A DIDÁTICA DO PROFESSOR NO BRASIL FRONTEIRA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS VENEZUELANOS

Selma Maria Cunha Portela

Claudina Miranda e Silva

Janaene Leandro de Sousa

Gleidiane Brito de Araújo Rocha

DOI 10.22533/at.ed.97519290415

CAPÍTULO 16 134

A DISCIPLINA EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ETNICORRACIAIS NO BRASIL E AS IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO (A) PEDAGOGO (A) DA UFPE

Katiane Cibebe de Souza

Rebeca Bandeira dos Santos

Dayse Moura Cabral

DOI 10.22533/at.ed.97519290416

CAPÍTULO 17 145

A DISLEXIA NA CONCEPÇÃO DE ESTUDANTES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFPB

Andrêsa Fernanda Gomes Pereira

Ismaelly Batista dos Santos Silva

Izabela Medeiros de Brito

Maria Aparecida da Silva

Geovaní Soares de Assis

DOI 10.22533/at.ed.97519290417

CAPÍTULO 18 155

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS

Carla Carneiro Costa Maciel de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.97519290418

CAPÍTULO 19	163
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM RECUO NA HISTÓRIA	
Maria Aparecida dos Santos Ferreira	
Marla Sarmento de Oliveira	
Paulo Henrique de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.97519290419	
CAPÍTULO 20	177
A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO: PRÁTICAS INSTITUÍDAS E SUAS IMPLICAÇÕES	
Alexandre Souza de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.97519290420	
CAPÍTULO 21	190
A EDUCAÇÃO PÚBLICA NOS ANOS 1990: ENTRE EXPECTATIVAS E INOVAÇÕES	
Cláudia Cristina da Silva Fontineles	
Marcelo de Sousa Neto	
DOI 10.22533/at.ed.97519290421	
CAPÍTULO 22	215
A ESCOLA E OS SEUS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: RESSIGNIFICANDO O OLHAR SOBRE OS AMBIENTES ESCOLARES	
José Emanuel Barbosa Alves	
Rafael de Farias Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.97519290422	
CAPÍTULO 23	227
A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NO CONTEXTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2015 – 2025)	
Karla Nascimento de Almeida	
Daniel Rômulo de Carvalho Rocha	
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.97519290423	
CAPÍTULO 24	239
A ESCOLA PÚBLICA NA SOCIEDADE CAPITALISTA: A ESCOLARIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA (RE)PRODUÇÃO DO CAPITAL	
Gislei José Scapin	
Maristela da Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.97519290424	
CAPÍTULO 25	255
A EXPERIÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL DENTRO DE RESTAURANTES EM CURITIBA	
Katsuk Suemitsu Ofuchi	
Maria Lúcia Leite Ribeiro Okimoto	
DOI 10.22533/at.ed.97519290425	

CAPÍTULO 26 265

A EXPERIÊNCIA QUE MARCA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DAS IMPRESSÕES FRENTE A COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Naedja Maria Assis Lucena Morais
Sílvio César Lopes da Silva
Cássia de Sousa Silva Nunes

DOI 10.22533/at.ed.97519290426

CAPÍTULO 27 273

A EXPERIMENTAÇÃO COMO RECURSO FACILITADOR DO MÉTODO DE APRENDIZAGEM BASEADO EM PROBLEMAS PARA A DISCIPLINA DE QUÍMICA ANALÍTICA NO ENSINO SUPERIOR DA FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE-FPS

Emília Mendes da Silva Santos
Ivana Glaucia Barroso da cunha

DOI 10.22533/at.ed.97519290427

CAPÍTULO 28 278

A FÍSICA E A MÚSICA: APRENDENDO CONCEITOS DE ACÚSTICA POR MEIO DE *PODCAST*

Rayane de Tasso Moreira Ribeiro
Francisco Bruno Silva Lobo
Lydia Dayanne Maia Pantoja
Germana Costa Paixão

DOI 10.22533/at.ed.97519290428

CAPÍTULO 29 287

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ENSINO DE HISTÓRIA NAS OBRAS DE MIGUEL MILANO (1938-1948)

Lyzandra Santos da Silva
Andréa Giordanna Araujo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.97519290429

CAPÍTULO 30 295

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Milena Mendonça da Silva
Rayanne de França Fasseluan
Célia Regina Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.97519290430

CAPÍTULO 31 301

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR QUE ATUA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CIDADE DE MACAU/RN

Raniele de Oliveira Silva
Isabelle Cristina Ricardo Pires
Paulo César Pereira Ramos
Maria Aparecida dos Santos Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.97519290431

CAPÍTULO 32	309
A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR NA REDE REGULAR DE ENSINO	
Ana Paula Leite da Silva Tanaka	
DOI 10.22533/at.ed.97519290432	
SOBRE A ORGANIZADORA	316

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM RECUO NA HISTÓRIA

Maria Aparecida dos Santos Ferreira

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Natal – Rio Grande do Norte

Marla Sarmento de Oliveira

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Natal – Rio Grande do Norte

Paulo Henrique de Mendonça

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Natal – Rio Grande do Norte

RESUMO: O século XX é marcado por transformações técnico-científicas, nas quais demandavam da educação preparação de mão de obra. Nesse contexto faz-se um recuo na história da educação profissional, a partir das Escolas de Aprendizes e Artífices, na qual se desenvolveu em meio a uma dualidade estrutural, preferencialmente oferecida as classes trabalhadoras e aos menos favorecidas. Logo, este estudo objetiva contribuir com as reflexões acerca da história da educação profissional no Brasil, em destaque alguns dos seus principais programas de educação profissional no Brasil atual, tais como: o Programa Brasil Profissionalizado, Pronatec, entre outros. Como delineamento teórico-metodológico optou-se por uma abordagem

qualitativa, através de procedimentos técnicos da pesquisa documental e bibliográfica, pautada em autores como Vieira (2017), Assis (2015), Moura (2007), Canali (2009) Kuenzer (2007), Saviani (2018) e Nascimento (2012). A pesquisa evidencia a dualidade presente nas políticas educacionais que lhe sustentam, a priorização de programas de governo em detrimento de políticas de estados.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais; Educação Profissional; Programas de Educação Profissional.

ABSTRACT: The twentieth century is marked by technical and scientific transformations, in which education demanded the preparation of labor. In this context, the history of vocational education is drawn back from the Schools of Apprentices and Craftsmen, in which it developed in the midst of a structural duality, preferably offered to the working classes and the less favored. Therefore, this study aims to contribute with the reflections about the history of professional education in Brazil, highlighting some of its main professional education programs in Brazil, such as: the Brazil Professional Program, Pronatec, among others. As a theoretical-methodological approach, a qualitative approach was chosen through the technical procedures of documentary and bibliographical research, based on authors such as Vieira (2017), Assis (2015), Moura

(2007), Canali (2009) Kuenzer , Saviani (2018) and Nascimento (2012). The research shows the duality present in the educational policies that support it, the prioritization of government programs to the detriment of state policies.

KEYWORDS: Educational Policies; Professional education; Professional Education Programs.

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo é um recorte da dissertação de mestrado, em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), submetido e apresentado no V Congresso Nacional de Educação (CONEDU), no mês de outubro de 2018, em Recife/PE. Logo, o referido estudo, tem como objetivo contribuir com as reflexões acerca da história da educação profissional no Brasil, em destaque alguns dos seus principais programas de educação profissional no Brasil atual, tais como: o Programa Brasil Profissionalizado, Pronatec, entre outros, num recorte temporal que compreende a implantação das Escolas de Aprendizes artífices até os programas de expansão desta modalidade educacional desenvolvidos na conjuntura atual.

Como delineamento teórico-metodológico optou-se por uma abordagem qualitativa, através de procedimentos técnicos da pesquisa documental e bibliográfica, buscando contribuições em autores que versam sobre a temática, além de documentos e leis que estruturam a educação profissional no país. O artigo está dividido em quatro seções, a primeira que traz notas introdutórias sobre o estudo; na segunda abordamos a trajetória da educação profissional no Brasil, destacando os principais documentos com suas determinações legais; na terceira parte destacamos os principais programas desenvolvidos no âmbito da educação profissional nos últimos vinte anos; a última seção traz as considerações finais do estudo.

2 | EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Para conceituar a Educação Profissional nos remetemos ao documento *Proposta em Discussão: Políticas públicas para a educação e tecnológica*, elaborada pelo Ministério da educação em 2004, que dentre outros pontos a define como “elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica (BRASIL/MEC, 2004, p. 7) ”.

Nesse contexto, percebemos que a construção da sociedade, na conjuntura atual, está intimamente ligada à educação profissional oferecida aos sujeitos, entretanto, no contexto das políticas educacionais e das reformas diversas reformas, qual o lugar

da educação profissional? Visando responder e compreender suas origens e a sua configuração atual, nos remetemos ao período da colonização do Brasil, quando os indígenas e escravos recebiam formação para desenvolver seu trabalho, enquanto a elite dispunha de uma formação acadêmica, o que pode explicar o conceito de que o trabalho é destinado às classes mais pobres e a formação acadêmica deve ser direcionada aos mais ricos, assim como a marginalização e a dualidade dessa modalidade de ensino, que ainda não foram rompidas nos dias atuais (VIEIRA, 2017).

Com a chegada da família real ao Brasil e a escassez de mão de obra em algumas áreas, foi criado o Colégio de Fábricas, destinado a oferta de formação para os artífices oriundos da comitiva real, inaugurando um novo momento na formação da classe trabalhadora. É fato que a vinda da corte portuguesa trouxe um surto de prosperidade para o país, e nesse recorte temporal (1808 – 1822) diversas instituições foram implementadas nas províncias brasileiras com vistas a oferecer aos pobres e órfãos, de forma assistencialista, uma formação para o trabalho. Apesar de se constituir como um importante momento da educação profissional na história brasileira, nos reportamos ao início do século XIX para abordar a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, criadas por Nilo Peçanha, então Presidente do Estado do Rio de Janeiro, através do decreto nº 787 de 11 de setembro de 1906, um marco nas políticas públicas do segmento educacional (CANALI, 2009).

As Escolas de Aprendizes Artífices no Rio de Janeiro inauguram o ensino técnico no país, entretanto após a morte do presidente Afonso Pena, sendo Nilo Peçanha o seu substituto, é que estas instituições ganham o país, quando através do decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909 as demais capitais dos estados da república ganham uma unidade de ensino que ofertava o ensino profissional primário de forma gratuita, neste ano foram instaladas 19 escolas. Moura (2007, p.7) aponta que “a criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do ensino agrícola evidenciou um grande passo ao redirecionamento da Educação Profissional no país, pois ampliou o seu horizonte de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria”.

Cabe pontuar que Nilo Peçanha é o precursor das políticas nacionais voltadas ao ensino técnico, o que se constituiu de grande relevância para o desenvolvimento industrial da época, apesar disso, suas ações continuavam enraizadas no caráter assistencialista quando, por exemplo, dava preferência aos mais pobres, através de um processo de admissão (MOURA, 2007).

Por ser oferecido de forma gratuita, o financiamento das Escolas de Aprendizes Artífices, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, era de responsabilidade da União. Nesse período o Brasil ainda não dispunha de uma indústria fortalecida, e o principal objetivo destas instituições de ensino acabou sendo ofertar um ensino moralizador e repressivo, construindo um “caráter”, ou seja, um perfil ideal para o trabalho. Sobre esse aspecto Kuenzer (2007 p. 27) define que “a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos

da sorte, retirando-os das ruas”. O que também fica claro no decreto que as legitima, apontando sua finalidade:

[...] formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas quando possível, as especialidades das indústrias locais. (BRASIL, 1909, p. 01).

Em 1930, com o processo de industrialização do país intensificado, o trabalhador brasileiro se viu em uma nova dinâmica, com exigências de formação profissional e alterações substanciais na organização do trabalho. Neste período também se constatam alterações nas taxas de urbanização, que cresce vertiginosamente, provocadas pelo êxodo rural e pela geração de emprego nas novas indústrias instaladas no país. A formação dos recursos humanos necessários frente a este novo processo faz com que se crie o Ministério da educação e saúde, e com isso reformulações no segmento se tornam necessárias (VIEIRA, 2017).

Diante desse novo cenário, a educação profissional passa por uma mudança em decorrência do Decreto nº 20.158, de 30/6/1931, reformando o ensino comercial, que deixa de ser exclusivamente primário e passa a integrar os níveis médio e superior, dando a Educação Profissional um novo status, além de gerar novos cursos e especializações para atender as necessidades emergentes. Neste mesmo ano também é criado o Conselho Nacional de Educação, objetivando direcionar das políticas educacionais do país, com isso as Escolas de Aprendizes Artífices passam a ser supervisionadas pelo Ministério da Educação e Saúde.

As décadas de 1930 e 1940, marcadas pela implantação do Estado Novo, ou Era Vargas (1937 -1945), também deixaram marcas na educação profissional que vivencia um processo de institucionalização. A primeira constituição brasileira que aborda a educação profissional, promulgada em 1937, intensificou o que Kuenzer (2007) classifica de “dualidade estrutural” já existente na modalidade e reforçou o caráter assistencialista das políticas nacionais existentes. Os termos “pré-vocacional” e “vocacional” que aparecem no *caput* do artigo 129 explicitam o menosprezo com o que esta modalidade era tratada pelo governo Vargas:

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1937, p. 84).

Pontuamos ainda, o grande retrocesso nas políticas educacionais brasileiras, advindos da Constituição Federal de 1937 que retira a vinculação de recursos à educação, garantida pela versão anterior do ano de 1934, onde se garantia que a União e os Municípios investissem no mínimo 10% em educação e os Estados e Distrito Federal o percentual mínimo de 20%.

Esta marca dual do governo ditatorial de Vargas prosseguiu durante grande parte de seu desenvolvimento, uma prova disso foi a Reforma Capanema em 1942 que dentre outras prerrogativas estabeleceu a categorização do ensino regular brasileiro em nível básico e nível superior, assim como criou os cursos médios clássicos e científicos – atual ensino médio - preparando para o ingresso no curso superior, enquanto os cursos profissionalizantes não garantiam tal promoção. É neste cenário em que se institui o Sistema S, dando uma nova dinâmica a educação profissional do país e reforçando o ideário da CF 1937, através de cursos extremamente técnicos e aligeirados.

Entre os anos de 1943 e 1946 foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social do Comércio (SESC), assim como uma diversa cartela de novos cursos profissionalizantes (CANALI, 2009). Nesta perspectiva Moura (2007) destaca a sequência de atos legais que compõem a reforma de Capanema:

Este conjunto de decretos ficou conhecido como as Leis Orgânicas da Educação Nacional – a Reforma Capanema, em função do então ministro da educação, Gustavo Capanema. Os principais decretos foram os seguintes: Decreto nº 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto Nº 8.529/46 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal e; Decreto nº 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Além disso, o Decreto-lei 4.048/1942 - cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que deu origem ao que hoje se conhece como Sistema “S”3 (MOURA, 2007, p. 8).

Apesar da importância que o conjunto destes decretos teve para a educação profissional, com eles o governo brasileiro favorece a iniciativa privada, deixando-a interferir nas políticas de educação profissional, e reforçando uma formação exclusivamente destinada ao mercado de trabalho, comprometida apenas com os interesses do grande capital. Além disso destaca-se o corporativismo da reforma, haja vista que “vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e ofícios requeridos pela organização social.” (SAVIANI, 2007, p. 269). As raízes desse momento histórico continuam firmes na conjuntura atual, dificultando, por exemplo, a promoção e eficácia de um ensino médio integrado a educação profissional, através de uma formação omnilateral.

De acordo com Medeiros Neta (2018) a lei de diretrizes e bases da educação nº 4.024 promulgada em 1961, através dos capítulos III e IV do título VII, no que tange a Educação Profissional, se assemelha a leis orgânicas da década de 1940, ratificando

o que já havia sido desenvolvido pelo Estado Novo, num comprometimento com o desenvolvimento da economia do país e formando mão de obra qualificada para os setores produtivos. Observa-se, portanto, que a formação técnica para o mercado de trabalho prevalecia neste período.

À partir de 1964 o Brasil vivencia a instalação do regime militar, trazendo efeitos nefastos para toda a sociedade brasileira, e a educação profissional também vivencia as agruras deste período, especialmente através da Lei que reforma o 1º e 2º graus, Lei nº, 5.692/1971, gerando uma profunda modificação no cenário educacional do país e buscando, de forma autoritária, impor o ensino médio profissionalizante a todos. Nesta dinâmica o ensino era dividido em 1º e 2º graus, cabendo ao primeiro promover uma formação geral ao indivíduo, assim como uma iniciação ao mercado de trabalho através de sondagem vocacional, enquanto o segundo grau habilitava para o exercício de uma profissão (ASSIS, 2015).

Neste sentido, Moura (2007 p.12) explica que “uma conjugação de fatores produziu essa compulsoriedade”. Por um lado, um governo autoritário com elevados índices de aceitação popular, evidentemente interessado em manter-se dessa forma”.

Em linhas gerais, na teoria, a reforma buscava superar a dualidade histórica entre o ensino médio e o técnico, visando uma formação integrada a educação profissional para todos os estudantes, entretanto, na prática a realidade se desenvolveu de forma bem diferente. Primeiro destaca-se as diferenças entre as redes públicas e privadas no desenvolvimento da reforma, enquanto a primeira foi obrigada a se adequar aos novos moldes, a segunda continuava desenvolvendo o ensino propedêutico. No cenário da rede pública de ensino, uma série de entraves inviabilizaram o sucesso das modificações, como por exemplo, a infraestrutura inadequada das escolas, que não proporcionavam as condições necessárias para se desenvolver uma educação profissional de qualidade, dentre outros. Essa tentativa de obrigatoriedade foi amenizada pela Lei n.º 7.044/1982 (ASSIS, 2015).

A resistência ao modelo educacional promovido pelo regime militar toma maiores proporções no final da década de 1970 com o advento de diversas associações de educadores, pesquisadores e intelectuais, que culminaram com o desenvolvimento das Confederações Brasileiras de Educação (CBE), em 1980, cujo principal objetivo seria interferir nos encaminhamentos das políticas educacionais do país. Fruto dessa organização emerge a proposta de reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1.158-A/88 em dezembro de 1988, que após um longo período de debates acabou sendo deturpada em se transformando na LDB 9.394/96 (SAVIANI, 2018).

No que concerne à educação profissional, após a promulgação da Lei nº. 7.044/1982 o ensino profissionalizante, antes obrigatório a todos os estudantes, vai perdendo sua força, e neste cenário a modalidade fica basicamente restrita a rede federal, através dos Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFET's) e ao Sistema S.

Após a Constituição Federal de 1988 e a LDB, Lei nº 9.394/96, o cenário de

disputas no âmbito da educação profissional se intensifica, entre os principais embates vivenciados nesse período, destaca-se a aplicação do conceito de politecnicidade no cenário da educação profissional, num novo movimento de combate a dicotomia existente entre a educação básica e a técnica. Para Saviani (2003, p. 140) a politecnicidade pode ser conceituada como um “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno”. Sendo assim, este novo conceito ultrapassa a visão tecnicista e restrita da formação para o exercício de uma profissão, indo na contramão do modelo hegemônico vigente no país.

Por tratar-se de um embate desigual, das forças dominantes contra uma corrente emergente da classe docente, o conceito de politecnicidade não foi capaz de vencer o forte receituário neoliberal que influenciou a elaboração da LDB/96. Moura (2007) destaca que:

essa perspectiva de formação integral foi perdendo-se gradativamente em função da mesma correlação de forças já mencionada anteriormente ao se tratar do embate entre educação pública e educação privada. Desse modo, o texto finalmente aprovado pelo Congresso nacional em 1996 consolida, mais uma vez, a dualidade entre o ensino médio e a educação profissional. (MOURA, 2007, p. 15).

Apesar da LDB de 1996 não ter considerado a educação profissional como um processo de formação omnilateral do trabalhador, um dos principais retrocessos vivenciados por esta modalidade foi desenvolvido no ano posterior com o decreto 2.208/1997, que legalizou a dualidade entre o ensino médio e propedêutico, desvinculando-os com a justificativa de que a integração das modalidades era onerosa aos cofres públicos.

Para justificar e até mesmo convencer a população da reforma da Educação Profissional, foi criado Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que através de uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, injetou cerca de R\$ 500.000.000,00 na educação profissional, sendo que grande parte desse montante foi destinado à parceria público privada, com destaque ao Sistema S, o que muitos autores caracterizam como um processo de mercantilização do ensino público. O PROEP determinou ainda que Estados e Municípios, em parceria com a iniciativa privada, ficassem com a responsabilidade de construir novos centros de educação profissional, isentando-se dessa responsabilidade (SABBI, 2012).

O retrocesso da reforma da educação profissional desenvolvida no governo Fernando Henrique Cardoso também foi duramente sentido pela Rede Federal de Educação Tecnológica, uma das principais ofertantes dos cursos de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional e que passou por transformações em seus currículos, uma delas se refere ao conceito de competências, explicitado na Resolução N° 04/99 e que diz respeito à “[...] capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho (BRASIL, 1999, p.)”. Destacamos

ainda que a reforma acabou por desvelar uma migração das matrículas da rede federal para a iniciativa privada, o que gerou uma queda acentuada na oferta da rede pública.

O mandato de Fernando Henrique Cardoso chega ao fim no ano de 2002 com a ascensão do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, cuja trajetória política era marcada pela defesa dos direitos sociais e de reformas no papel do Estado para romper com as desigualdades sociais.

Com o advento do novo governo, ainda no período de transição de governos e durante todo o primeiro ano do mandato do novo presidente, intensas disputas sociais são travadas objetivando a revogação do decreto 2.208/97 e a reintegração do ensino médio à EP, o que acaba acontecendo em julho de 2004 com o decreto 5.154 que promove alterações e reformula a EP no Brasil. (SANTOS, 2017).

A proposta de reformulação da Educação Profissional, através do documento intitulado “Proposta em Discussão: Políticas públicas para a educação e tecnológica”, também defende a educação politécnica, rompendo com o ideário de formação aligeirada e que prepara apenas para a instrumentalização de tarefas profissionais. Nessa perspectiva a EP visa o “o estreito vínculo com o contexto maior da educação, circunscrita aos caminhos históricos percorridos por nossa sociedade (BRASIL/MEC, 2004, p. 7.)”.

No novo cenário, fruto do Decreto 5.154/2004, a educação profissional passa a ser ofertada através de programas e de cursos de formação inicial e continuada, de nível médio técnico, graduação e pós-graduação, sendo responsabilidade dos sistemas de ensino, desde que dispunham de estrutura física e de recursos financeiros.

3 | PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Desde que foi regulamentada, a Educação Profissional apresenta uma prevalência no financiamento de programas de governo em detrimento de políticas públicas efetivas. Muitos desses programas apresentam fragilidades em sua execução, o que aumenta a dualidade estrutural da modalidade, além de gerar uma sensação de ineficiência e descontinuidade. Os principais programas da educação profissional instalados no país a partir do Decreto 5.154/2004 são apresentados no quadro 1, explicitando os principais objetivos:

Legislação/ano	Programa	Objetivo
Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.	PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino técnico e emprego	Dentre outros, o objetivo principal é a expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007	Brasil Profissionalizado	Fomentar ações que visam à expansão, ampliação e modernização das escolas das redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, com a finalidade de expandir e ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio, principalmente do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica.
Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.	PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos	Ofertar cursos de educação de jovens e adultos integrados a educação profissional àqueles que não puderam cursar em idade regular.
Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011	Programa Mulheres Mil	Objetiva promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.
Lei 1.2014/2009	PROFUNCIONÁRIO - Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública	Formar em nível médio dos funcionários de escola que estão em efetivo exercício, em uma habilitação compatível com a atividade exercida na unidade educacional na modalidade de educação a distância.

Quadro 1- Programas de educação profissional após 2004

Fonte: SETEC/MEC (2018).

De acordo com a **Quadro 1** observamos que todos estes projetos foram desenvolvidos durante a gestão dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores, com destaque para o - Programa Nacional de Acesso ao Ensino técnico e emprego (PRONATEC), que à época foi caracterizado como carro chefe do primeiro mandato da presidente. Nesta perspectiva, a educação profissional ganha notoriedade no país, embora o programa tenha intensificado a dualidade estrutural, ofertando cursos técnicos de forma aligeirada. Reeleita em 2014 para o segundo mandato, Dilma Rousseff elege como lema de seu governo “Brasil, uma pátria educadora”, o que despertou um anseio de melhorias na qualidade da educação, entretanto, uma das principais ações de seu breve governo se constitui na ampliação de vagas e financiamento do PRONATEC.

O PRONATEC é desenvolvido frente aos baixos níveis de escolaridade e qualificação de uma relevante parcela dos trabalhadores do país, e dentre os seus objetivos destaca-se a expansão, interiorização e democratização da oferta da educação profissional técnica de nível médio. Para cumprir com seus objetivos, várias iniciativas são desenvolvidas, entre elas a expansão da Rede Federal, programa Brasil Profissionalizado, Rede eTec Brasil, acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, bolsa-Formação, tornando-se, portanto, a principal política da

educação profissional no governo Dilma Rouseff.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) objetiva a inclusão e efetivação do direito à educação os que não obtiveram êxito escolar na idade regular, através dos ensinamentos fundamental e médio integrados à educação profissional, em um cenário com muitos desafios e limites, devido às especificidades do público atendido nesta modalidade educacional.

O pioneirismo do PROEJA encontra-se no fato de que pela primeira vez nas políticas educacionais do país, se anuncia a escolarização para jovens e adultos com a possibilidade do exercício de uma profissão ao final do curso.

Faria (2014, p.126) destaca que “O PROEJA é uma resposta do estado brasileiro às demandas por inclusão social, consequência dos embates da sociedade, dos políticos e dos intelectuais envolvidos nessas discussões em prol da necessidade de formação de mão-de-obra especializada para o trabalho.”

Outro programa relevante no âmbito da Educação Profissional é o PROFUNCIÓNÁRIO que oferta qualificação para os funcionários da educação, de preferência na modalidade à distância. Existente desde 2007, o programa ganha fomento e legitimidade como política pública no ano de 2010, quando se estabelecem as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica Pública. O programa oferece, através dos Institutos Federais, cursos como Secretaria Escolar; Alimentação Escolar; Multimeios Didáticos; Infraestrutura Escolar; Biblioteconomia; Orientação Comunitária.

O Brasil Profissionalizado se constitui em um programa de financiamento que tem como objetivo principal estimular as redes estaduais de ensino a se responsabilizar pela educação profissional politécnica, justificando esse movimento de expansão com o crescimento econômico do país, a necessidade de formação profissional e o ainda o decreto nº 5.154 /2004 que possibilitou a integração entre o ensino médio e a educação profissional (NASCIMENTO, 2012).

O programa Brasil Profissionalizado, instituído através do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007 e também objetiva o fortalecimento e a expansão do ensino médio integrado a educação profissional, e consiste em oferecer aporte financeiro para construção e reforma de escolas que ofertem cursos de nível médio integrados à educação profissional, além de aquisição de equipamentos pedagógicos e formação profissional docente.

Os recursos financeiros destinados pelo programa Brasil Profissionalizado, oriundos de convênios estabelecidos pelos governos federal e estadual/distrital são destinados para construção ou reformas de escolas, construção de laboratórios de ciências e informática, por exemplo, assim como para formação docente continuada. No que diz respeito a sua execução, a Secretaria de Educação Profissional do Ministério da Educação (SETEC/MEC) é que coordena, monitora e avalia as ações desenvolvidas no programa no âmbito das redes de ensino (BRASIL, 2008).

Contudo, apesar da grande importância do programa no contexto de expansão da educação profissional no Brasil, o desenvolvimento das ações desenvolvidas no programa Brasil Profissionalizado é permeado por entraves de grande relevância, assim como o seu financiamento, destacando-se a falta de transparência no que diz respeito à contrapartida dos recursos utilizados pelos governos estaduais. Assim, Silva (2017) destaca que um dos maiores problemas do programa é a ausência de fontes perenes na implementação das políticas e programas, assim como uma maior eficácia na sistematização e planejamento de recursos.

O grande entrave de alguns destes programas de expansão da Educação Profissional, como por exemplo o Brasil Profissionalizado, se configura por sua instabilidade. São programas de governo que recebem grande atenção durante a implantação, com grande volume de recursos financeiros, se desenvolvem de forma ineficiente e em meio a problemáticas que muitas vezes não são solucionadas, e acabam não obtendo êxito. Muitos acabam não ganhando continuidade, recebendo uma nova nomenclatura nos governos subsequentes e mantendo os mesmos ou novos problemas.

Moura (2016, p. 200) atenta para o “anseio de que os programas educacionais de caráter pontual e sazonal se tornem políticas de Estado de natureza perene e permanente”, portanto, essa marca de prevalência dos programas em detrimento das políticas de estado são pautas recorrentes nos debates sobre esta modalidade de ensino.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva da educação profissional no Brasil surge como uma política assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam em conformidade com os bons costumes da sociedade.

O início do século XX trouxe uma novidade para a educação profissional do país quando houve um esforço público de sua organização, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional. Assim, em 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas “aos pobres e humildes”, e instalou dezenove delas, em 1910, nas várias unidades da Federação.

A criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do ensino agrícola evidenciou um grande passo ao redirecionamento da educação profissional, pois ampliou o seu horizonte de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria. Nesse contexto, chega-se às décadas de 1930

e 1940, marcadas por grandes transformações políticas, econômicas e educacionais na sociedade brasileira.

A partir de então, a história do desenvolvimento industrial e tecnológico brasileiro foi marcado pelo embate entre um projeto de desenvolvimento autônomo e outro associado e subordinado ao grande capital. Esse tenso equilíbrio foi rompido e deslocado em favor do capital estrangeiro no governo.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, a perspectiva de uma educação profissional como um processo de formação omnilateral do trabalhador, infelizmente não foi aceita pela maioria dos nossos representantes, no Congresso Nacional. Porém, o pior ainda estava por vir, considerado com um dos principais retrocessos vivenciados por esta modalidade foi desenvolvido no ano posterior com o Decreto 2.208/1997, que legalizou a dualidade entre o ensino médio e propedêutico, desvinculando-os com a justificativa de que a integração das modalidades era onerosa aos cofres públicos. Porém, em 2004, com a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir da aprovação do Decreto, 5.154/2004, que proporcionou a integração ente o Ensino Médio à Educação Profissional.

Ainda nos governos de Lula e Dilma, vários projetos de Educação Profissional, curta duração foram criados, tais como: Programa Nacional de Acesso ao Ensino técnico e emprego (PRONATEC), Brasil Profissionalizado, PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Programa Mulheres Mil e Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública (PROFUNCIONÁRIO).

A educação profissional precisa de políticas públicas duradoura e não sazonal, de políticas de Estado e não de governo, que contribuam com a formação integral do homem, na perspectiva do trabalho enquanto princípio educativo. Portanto, a principal marca da educação profissional, centra-se na dualidade estrutural entre as classes sociais, que necessita ser rompida com vistas a uma formação omnilateral do indivíduo.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S. M. ; MEDEIROS NETA, O. M. . **Educação Profissional no Brasil (1960-2010): Uma história entre avanços e recuos**. ISSN 0101-8701 (impresso) 2448-0215 (on line) , v. 1, p. 190-2012, 2015.

AZEVEDO, J. L. **A Educação como Política Pública**. São Paulo: Editora Antunes Associados, 1997. v. 56.

BRASIL. **Constituição da República Federativa (1937)**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html> , Acesso em 28 jun 2018

_____. **Constituição da República Federativa (1988)**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> , Acesso

em 28 jun 2018.

_____. **Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito.** Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: . Acesso em: 12 Jun 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Proposta em discussão: políticas públicas para a educação profissional e tecnológica.** Brasília, abr. 2004

_____. **Proposta em Discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Ministério da Educação, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L.C.. **A reforma gerencial do estado de 1995.** Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/6289/4880>> Acesso em 19 de Julho de 2018.

CABRAL NETO, A.; CASTRO, A.M.D.A. **Reflexões sobre os atuais cenários da política educacional na América Latina. O público e o Privado,** Fortaleza, n. 5, jan./jun., 2005

CANALI, H.H.B. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional.** In: Simpósio sobre Trabalho e Educação, 5., 2009, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, UFMG: 2009. Disponível em: . Acesso em: 20/08/2018.

CRUZ, R.E. **Banco mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional?.** Educar, Curitiba, n.22. p. 51-75, 2003. Editora UFPR.

FARIA, D.A; ASSIS, S.M. **O PROEJA integrado à educação profissional: desafios, possibilidades e práticas docentes.** HOLOS, [S.l.], v. 2, p. 123-133, maio 2014. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1968>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

FERREIRA, N. S. C. e AGUIAR, M. A. (orgs.), **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** S.P.:Cortez, 2000.

FRANÇA, G.. (Orgs.) **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas.** Goiás: Editora da PUC Goiás, p. 93-99, 2010.

GENTILI, P. **Neoliberalismo e Educação: Manual do Usuário.** In: _____, SILVA, Tomaz T. (org.) Escola S.A. Brasília: CNTE, 1996.

HADDAD, S. **Banco mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 2008

JACOMELI, M.R.M. **As políticas educacionais da nova república: Do governo Collor ao de Lula.** Revista Exitus, volume 1, nº1, julho/dezembro 2011. p. 119- 128

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; MIRZA, S. T. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez Editora, 2003.

NASCIMENTO, A.S.F. **Financiamento e Educação Profissional: análise do Programa Brasil Profissionalizado no Estado Pará.** 2012. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

OLIVEIRA, A. F.. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** In: OLIVEIRA, Adão F. de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. (Orgs.) Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás: Editora da PUC Goiás, p. 93-99, 2010.

SABBI, V. **A influência do Banco Mundial e do BID através do PROEP** na reforma da educação profissionalizante brasileira da década de 1990. In: IXANPED Sul. Seminário de Pesquisa em educação da região sul, 2012. Caxias do Sul/RS: 2012.

SANTOS, J.D.G. **A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores brasileiros.** *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 230-240, dez. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/20976>>. Acesso em: 19 Dez. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i3.20976>.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional.** Campinas: Autores Associados, 4^a ed. 2011.

SOUZA, A. L. L. DE. **A conjuntura político-econômica e os desafios da educação no Brasil. In: Políticas e práxis educativas (Orgs) FRANÇA. M. BARBOSA JUNIOR. W.P.** Natal: Editora Caule de Papiro, 2017.

VIEIRA, S. L.. **Política educacional em tempos de transição (1985/ 1995).** Brasília: Plano (2000).

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-297-5

